

Vamos parar de levar a vida no «leve-leve» em São Tomé e Príncipe

Entre a beleza de saber esperar e o perigo de nos habituarmos a adiar o futuro, talvez tenha chegado a hora de repensarmos a forma como vivemos, trabalhamos e construímos o nosso país.

Tenho uma profunda admiração pela poetisa santomense Dona Alda do Espírito Santo, particularmente pelo seu poema «Leve-leve», que também ganhou expressão musical na voz do músico Kalu Mendes. Há, nessa expressão, uma forma de olhar para a vida que parece traduzir parte da identidade do nosso povo: a tranquilidade, a serenidade, a capacidade de viver sem a constante pressão do relógio e de encontrar beleza nas pequenas coisas. Talvez tenha sido precisamente essa forma de estar no mundo que inspirou a sensibilidade poética de quem soube observar e interpretar a alma santomense.

Também eu sinto essa realidade quando, em algumas tardes, me sento na varanda e observo a dinâmica da vida em Angolares. Ao longe, a floresta apresenta-se num tom verde-escuro, quase imóvel, como se guardasse os segredos de uma ilha onde o tempo aprendeu a caminhar devagar. As pessoas deslocam-se tranquilamente, sem grandes demonstrações de urgência, como se aquilo que não for possível fazer hoje pudesse, sem grandes consequências, ficar para amanhã. E, se amanhã também não for possível, haverá sempre outro dia.

Ao cair da tarde, o meu olhar detém-se frequentemente nos pescadores. Observo-os a empurrar as suas canoas sobre rolos de madeira, cuidadosamente colocados por baixo das embarcações. O movimento depende das ondas: empurram um pouco, aguardam que a próxima onda quebre e voltam a empurrar. Não parecem inquietar-se com o tempo que a natureza demora a oferecer-lhes a oportunidade seguinte. Esperam, observam e agem quando chega o momento certo.

Há uma beleza extraordinária nesta imagem. Ela ensina-nos que nem tudo depende da nossa vontade, que a natureza tem os seus ritmos e que a paciência também é uma forma de inteligência. Seria injusto olhar para esta realidade e concluir que tudo aquilo a que chamamos «leve-leve» é negativo. Não é. A capacidade de viver com serenidade, de não transformar cada minuto numa corrida e de preservar o convívio, a solidariedade e a relação com a natureza constitui uma riqueza que muitas sociedades, sufocadas pela pressa, talvez tenham perdido.

O problema começa quando a tranquilidade deixa de ser uma escolha e passa a justificar a falta de acção. É precisamente aqui que precisamos de estabelecer uma distinção fundamental: uma coisa é respeitar o ritmo da vida; outra, bem diferente, é habituarmos a adiar aquilo que precisa de ser feito. Uma coisa é esperar pela onda certa para lançar uma canoa ao mar; outra é permanecer indefinidamente na praia, mesmo quando temos os meios, as condições e a responsabilidade de avançar.

Infelizmente, esta cultura do adiamento parece ultrapassar, em determinados contextos, a esfera dos comportamentos individuais e manifestar-se também no funcionamento de algumas instituições. Encontramo-la, por vezes, nas escolas, nos mercados, nas repartições públicas e até na forma como se tomam decisões e se executam políticas públicas. Há procedimentos que demoram mais do que deveriam, compromissos que ficam por cumprir, reuniões que não produzem resultados e projectos que parecem viver eternamente na fase da intenção. Em certos casos, parece que as coisas não são verdadeiramente feitas: vai-se fazendo. E, enquanto se vai-se fazendo, o tempo passa, as oportunidades diminuem e o futuro permanece à espera.

Não pretendo afirmar que todos os santomenses vivem desta forma, nem ignorar os constrangimentos económicos, institucionais e materiais que dificultam o trabalho de tantas pessoas. Conheço a capacidade de sacrifício dos nossos professores, agricultores, pescadores, funcionários públicos, empresários e jovens. Sei que muitos trabalham arduamente, frequentemente com recursos limitados, para sustentar as suas famílias e contribuir para o desenvolvimento do país. Seria, por isso, profundamente injusto transformar uma reflexão sobre comportamentos sociais numa acusação colectiva ao nosso povo. Mas também seria um erro escondermo-nos atrás das dificuldades para não questionarmos os hábitos que podemos mudar.

O sociólogo Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de *habitus* para explicar como as nossas disposições e formas de agir são construídas através da experiência social e se tornam, muitas vezes, tão naturais que deixamos de as questionar. Aquilo que aprendemos a considerar normal tende a reproduzir-se no nosso quotidiano, nas famílias, nas escolas e nas instituições. Se crescermos num ambiente em que os atrasos são tolerados, os prazos são negociáveis e a falta de resposta raramente tem consequências, poderemos acabar por reproduzir esses comportamentos sem sequer nos interrogarmos sobre eles. O problema deixa, então, de ser apenas individual: passa a fazer parte de uma dinâmica colectiva que se alimenta a si própria.

As reflexões de Max Weber sobre a organização do trabalho, a disciplina e os valores sociais também nos ajudam a compreender que o desenvolvimento das sociedades não depende apenas dos recursos disponíveis, mas igualmente das práticas, das instituições e das expectativas que orientam a vida colectiva. Não se trata de classificar os povos como trabalhadores ou preguiçosos, nem de afirmar que existe uma única maneira correcta de viver. Trata-se de reconhecer que a forma como organizamos o tempo, assumimos responsabilidades e cumprimos compromissos influencia os resultados que conseguimos alcançar.

Contudo, a cultura não é uma prisão. Os hábitos sociais podem mudar quando as pessoas, as instituições e as lideranças decidem estabelecer outras expectativas, criar melhores condições de trabalho e valorizar o cumprimento dos compromissos. Não precisamos de deixar de ser santomenses para sermos mais pontuais, mais produtivos ou mais exigentes. Não precisamos de abandonar a nossa identidade para aprendermos a planear, a avaliar resultados e a respeitar o tempo dos outros. Podemos preservar a hospitalidade, a serenidade e a proximidade humana que tanto valorizamos e, simultaneamente, construir uma cultura de responsabilidade, eficiência e realização. O verdadeiro desafio não é acabar com o «leve-leve», mas impedir que ele se transforme numa desculpa colectiva para a inacção.

Há cerca de uma semana, encontrei na minha biblioteca uma obra de Michio Kaku intitulada *A Física do Futuro: Como a Ciência Moldará o Mundo nos Próximos Cem Anos*. Ao revisitar as reflexões do autor sobre os avanços científicos e tecnológicos que poderão transformar a sociedade, dei por mim a pensar no lugar de São Tomé e Príncipe nesse futuro. Kaku explora possibilidades relacionadas com a inteligência artificial, a robótica, a medicina, a computação e outras áreas que poderão alterar profundamente a forma como vivemos e trabalhamos. Naturalmente, nem todas as previsões se concretizarão exactamente como imaginadas. Contudo, a mensagem essencial é difícil de ignorar: o mundo está em transformação e a capacidade de aprender, inovar e adaptar-se será cada vez mais determinante para o desenvolvimento das sociedades.

Perante esta realidade, pergunto-me: estaremos nós preparados para acompanhar essa transformação? Que lugar ocupará São Tomé e Príncipe num mundo em que o conhecimento se actualiza rapidamente, as tecnologias redefinem profissões e a competitividade depende cada vez mais da capacidade de criar soluções? Não podemos continuar a olhar para o futuro como se ele estivesse muito distante. O futuro começa nas

decisões que tomamos hoje, nas aulas que preparamos, nos projectos que executamos, nas empresas que criamos, nas competências que adquirimos e nas instituições que conseguimos tornar mais eficazes.

Enquanto outros países investem em investigação científica, digitalização, inteligência artificial, energias renováveis e formação especializada, nós precisamos de decidir como aproveitar as nossas próprias oportunidades. Não temos de fazer tudo ao mesmo tempo, nem de competir em todas as áreas. Temos, porém, de identificar prioridades, estabelecer metas realistas e trabalhar de forma consistente para as alcançar. A nossa pequena dimensão não tem de ser uma condenação. Pode, pelo contrário, permitir-nos testar soluções, aproximar instituições, mobilizar comunidades e desenvolver projectos-piloto ajustados à nossa realidade. A insularidade coloca desafios, mas também pode estimular a criatividade e a procura de soluções inovadoras. O que não podemos é confundir limitações com impossibilidades, nem aceitar que a dimensão do país determine a dimensão dos nossos sonhos.

Existe uma razão adicional para não adiarmos esta transformação: a nossa juventude. São Tomé e Príncipe dispõe de uma população jovem que representa uma oportunidade importante para o desenvolvimento nacional. Mas a juventude, por si só, não garante progresso. Uma população jovem sem acesso a educação de qualidade, formação profissional, emprego digno, investigação, empreendedorismo e ferramentas tecnológicas pode transformar uma oportunidade numa fonte de frustração.

Por isso, precisamos de investir nos jovens não apenas através de discursos, mas de decisões concretas. Precisamos de escolas que estimulem o pensamento crítico, universidades que produzam conhecimento, laboratórios que permitam experimentar, empresas que criem oportunidades e instituições que reconheçam o mérito e a competência. Precisamos também de ensinar os nossos jovens a utilizar a tecnologia para além do entretenimento e do consumo de conteúdos. Os mesmos dispositivos que tantas vezes nos distraem podem servir para aprender novas línguas, frequentar cursos, desenvolver competências digitais, criar negócios, divulgar produtos nacionais, analisar dados, investigar a biodiversidade das nossas ilhas e encontrar soluções para problemas locais.

A questão não é simplesmente saber se os jovens utilizam telemóveis. É saber se estamos a criar condições para que os utilizem como instrumentos de aprendizagem, criação e

transformação social. Imagine-se o potencial de um jovem santomense que, com acesso à Internet, formação adequada e orientação científica, desenvolve uma aplicação para apoiar os agricultores, cria uma plataforma para promover o turismo sustentável, utiliza ferramentas digitais para comercializar produtos locais ou participa numa investigação sobre os ecossistemas únicos do nosso país. Imagine-se, ainda, uma universidade santomense capaz de estabelecer parcerias internacionais, formar especialistas em áreas estratégicas e transformar resultados científicos em soluções para os sectores da saúde, da agricultura, das pescas, da educação e do ambiente.

Estas possibilidades não pertencem apenas aos países ricos. Exigem investimento, planeamento, cooperação e trabalho persistente. E exigem, acima de tudo, que deixemos de tratar a formação e a inovação como assuntos secundários. O economista Joseph Schumpeter associou o desenvolvimento económico à inovação e à capacidade de introduzir novas combinações de recursos, conhecimentos e tecnologias. A sua perspectiva ajuda-nos a compreender que o progresso não resulta apenas da existência de recursos naturais ou financeiros: depende também da capacidade de os transformar em novas soluções, actividades e oportunidades.

São Tomé e Príncipe possui recursos naturais de enorme valor, uma biodiversidade extraordinária, uma posição geográfica relevante e uma identidade cultural singular. Mas estes activos não se convertem automaticamente em desenvolvimento. Precisamos de conhecimento para os compreender, instituições para os gerir, tecnologia para os valorizar e visão estratégica para garantir que os benefícios chegam à população. Não basta possuir potencial. É necessário criar as condições para o concretizar.

Quero acreditar que, em 2100, São Tomé e Príncipe será um país mais desenvolvido, com melhores escolas, melhores serviços de saúde, instituições mais sólidas, uma economia mais diversificada e oportunidades reais para os seus cidadãos. Não é razoável esperar que, nesse ano, estejamos necessariamente na linha da frente de todas as tecnologias que Michio Kaku antevê. Seria, porém, profundamente triste chegarmos lá e percebermos que continuamos a discutir problemas que já poderíamos ter começado a resolver hoje.

O desenvolvimento não acontece de um dia para o outro. Não se constrói apenas com grandes discursos, planos ambiciosos ou promessas feitas em momentos de entusiasmo. Constrói-se com pequenas acções repetidas, compromissos cumpridos, instituições que funcionam e pessoas que compreendem que o seu contributo, por mais modesto que

pareça, faz parte de algo maior. Talvez não possamos mudar o país inteiro numa década, mas podemos melhorar uma escola num ano, tornar um serviço público mais eficiente em alguns meses, criar um projecto de investigação em parceria com outras instituições, formar dezenas de jovens numa competência nova ou transformar uma boa ideia numa actividade económica sustentável. O essencial é começar, acompanhar os resultados e persistir.

Precisamos de uma administração pública que cumpra prazos, de escolas que valorizem a assiduidade e a aprendizagem, de universidades que reforcem a investigação e a inovação, de empresas que invistam na qualificação dos seus trabalhadores e de lideranças que sejam avaliadas não apenas pelo que prometem, mas também pelo que efectivamente realizam. Precisamos igualmente de cidadãos mais participativos, que exijam qualidade dos serviços públicos, respeitem os compromissos assumidos e compreendam que o desenvolvimento é uma responsabilidade partilhada. Não podemos exigir eficiência às instituições e, ao mesmo tempo, normalizar os atrasos, a falta de rigor e o incumprimento nas nossas próprias actividades.

É importante reconhecer, porém, que a responsabilidade individual não substitui a responsabilidade política. Não podemos exigir produtividade a quem trabalha sem condições adequadas, nem cobrar inovação a instituições sem recursos, equipamentos ou autonomia. A mudança cultural deve ser acompanhada por políticas públicas coerentes, investimento, boa governação e condições dignas de trabalho. A mudança começa no Estado, mas não pode ficar à espera do Estado. Começa nas instituições, mas também nas famílias, nas escolas, nas empresas e em cada um de nós.

Não se trata de trabalhar até à exaustão, dormir pouco ou transformar a vida numa competição permanente. O objectivo não é trocar a serenidade pela ansiedade, nem importar cegamente modelos de sociedades que, apesar da sua produtividade, enfrentam graves problemas de stress, isolamento e desequilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Trata-se de compreender que o tempo é um recurso limitado e que o seu valor depende daquilo que fazemos com ele. Podemos trabalhar com tranquilidade e, ainda assim, ser rigorosos. Podemos preservar o convívio e, simultaneamente, cumprir horários. Podemos respeitar os ritmos da natureza sem permitir que os nossos projectos, instituições e ambições fiquem eternamente suspensos.

Não precisamos de viver mais depressa. Precisamos de deixar de adiar aquilo que é importante.

Regresso, por momentos, à imagem dos pescadores de Angolares. Continuo a admirá-los pela paciência, pela experiência e pela capacidade de interpretar o mar. Eles sabem que não podem ordenar às ondas que cheguem mais depressa. Mas também sabem que, quando surge a oportunidade, é preciso empurrar a canoa. Talvez seja essa a lição que devemos retirar da imagem: há momentos em que precisamos de esperar, mas há outros em que temos de agir. A sabedoria está em saber distinguir uns dos outros.

São Tomé e Príncipe não precisa de perder a sua alma para construir o seu futuro. Não precisa de abandonar a poesia de Dona Alda do Espírito Santo, a musicalidade de Kalu Mendes, a tranquilidade das suas tardes ou a proximidade das suas comunidades. Tudo isso faz parte da riqueza de sermos quem somos. Mas não podemos permitir que a beleza da nossa identidade se transforme numa justificação para a estagnação. Não podemos continuar a romantizar os atrasos, a tratar o incumprimento como algo inevitável ou a aceitar que as oportunidades se percam porque não conseguimos agir a tempo.

As próximas gerações merecem mais do que um país de paisagens extraordinárias e de potencial repetidamente anunciado. Merecem um país onde o talento encontre oportunidades, onde a educação abra caminhos, onde a ciência ajude a resolver problemas, onde as instituições inspirem confiança e onde os jovens não sejam obrigados a partir para conseguirem realizar os seus sonhos. Merecem receber de nós não apenas a beleza destas ilhas, mas também uma sociedade mais justa, preparada e capaz de transformar as suas riquezas em bem-estar colectivo.

Por vezes, imagino o que dirão os nossos filhos e netos quando, daqui a algumas décadas, olharem para o país que lhes deixámos. Será que sentirão orgulho por termos aproveitado as oportunidades que tivemos? Será que compreenderão as dificuldades que enfrentámos e reconhecerão que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para as ultrapassar? Ou perguntarão, com a tristeza de quem percebe que herdou oportunidades perdidas: «Se os nossos pais sabiam o que era necessário fazer, porque esperaram tanto tempo para o fazer?»

Esta é uma pergunta que me inquieta, porque o tempo que desperdiçamos hoje não nos pertence inteiramente. Pertence também aos jovens que aguardam uma oportunidade, às crianças que frequentam escolas que precisam de melhorar, às famílias que esperam por

serviços públicos mais eficientes e a todos aqueles que sonham com um país onde seja possível viver com dignidade sem ter de partir para longe. Cada decisão adiada, cada projecto abandonado e cada compromisso que não cumprimos podem representar mais um dia de espera na vida de alguém. E, para quem espera por uma oportunidade de estudar, trabalhar, receber cuidados de saúde ou construir uma família, esse dia não é apenas uma unidade no calendário. É um pedaço de vida que não volta.

Talvez seja esse o aspecto mais doloroso de tudo isto: enquanto nós dizemos «amanhã fazemos», há pessoas para quem o amanhã chega sempre com a mesma dificuldade de ontem. Enquanto adiamos decisões, há jovens que envelhecem sem ver os seus sonhos concretizados. Enquanto nos habituamos a dizer que as coisas são assim mesmo, há crianças que crescem a acreditar que não pode ser de outra maneira. E, pouco a pouco, corremos o risco de ensinar uma geração inteira não a lutar por um futuro melhor, mas a conformar-se com o futuro que lhe calhou.

Não quero que São Tomé e Príncipe perca a capacidade de sorrir, de conviver, de acolher e de viver em harmonia com a natureza. Não quero um país em que as pessoas sejam escravas do relógio, nem uma sociedade que confunda sucesso com cansaço. Quero, isso sim, um país em que a tranquilidade não seja sinónimo de resignação, em que a paciência não se transforme em passividade e em que a esperança não seja utilizada para justificar a ausência de acção.

Quero que continuemos a apreciar as tardes de Angolares, o verde profundo da nossa floresta e o movimento das ondas que chegam à praia. Mas quero também que, quando nos sentarmos nas nossas varandas, possamos observar algo mais do que a beleza de uma terra abençoada pela natureza. Quero que vejamos escolas cheias de esperança, jovens a criar o seu próprio futuro, instituições que respeitam os cidadãos e comunidades que prosperam porque alguém decidiu que já não bastava esperar.

E talvez, nessa altura, possamos compreender verdadeiramente o sentido do «leve-leve»: não como uma licença para adiar a vida, mas como a capacidade de viver com serenidade sem desistir de avançar.

Porque há uma diferença entre um povo que sabe esperar pela onda certa e um povo que se habituou a esperar por tudo. O primeiro reconhece o momento de agir. O segundo corre o risco de ver o futuro passar diante dos seus olhos, convencido de que ainda haverá tempo.

São Tomé e Príncipe, talvez o nosso maior problema não seja a falta de recursos, nem a nossa pequena dimensão, nem sequer os desafios que a história nos deixou. Talvez seja o facto de, demasiadas vezes, nos termos habituado a acreditar que ainda podemos deixar para amanhã aquilo que já devíamos ter feito ontem.

E o tempo, esse, não espera por nenhum povo.

Um dia, os nossos filhos perguntar-nos-ão o que fizemos com o país que recebemos. Não lhes poderemos responder com a beleza das nossas praias, com a riqueza das nossas florestas, com a poesia dos nossos escritores ou com a desculpa de que sempre vivemos assim. Tudo isso faz parte da nossa herança, mas não é tudo aquilo que temos a obrigação de lhes deixar.

Teremos de lhes falar das oportunidades que aproveitámos, das dificuldades que enfrentámos, das mudanças que tivemos coragem de fazer e das vezes em que escolhemos agir quando seria mais cómodo continuar à espera. Teremos de lhes mostrar que não nos limitámos a admirar o potencial destas ilhas: trabalhámos para o transformar em possibilidades reais para quem viesse depois de nós.

E, se não o fizermos, talvez a pergunta mais difícil não seja por que razão São Tomé e Príncipe não se desenvolveu tanto quanto poderia. Talvez seja esta: quantas gerações terão ainda de esperar para que tenhamos a coragem de começar?

Olho novamente para o mar de Angolares. Uma onda aproxima-se, quebra na praia e recua. Os pescadores aguardam a próxima. E fazem bem: não podem mudar o ritmo do oceano. Mas nós, ao contrário das ondas, temos a capacidade de escolher o nosso caminho, de corrigir os nossos erros e de decidir quando chegou o momento de avançar.

Por isso, da próxima vez que dissermos «amanhã», talvez devêssemos parar por um instante e perguntar a nós próprios se estamos realmente a falar de uma oportunidade que exige paciência ou apenas a encontrar mais uma forma de adiar uma responsabilidade.

Porque o país que sonhamos não nascerá de um milagre, nem de uma promessa, nem de uma geração futura que, por alguma razão, será mais capaz do que a nossa. Nascerá das escolhas que fizermos agora, das responsabilidades que assumirmos e da coragem de deixarmos de aceitar como inevitável aquilo que podemos mudar.

O «leve-leve» pode continuar a fazer parte da nossa identidade. Mas não pode continuar a ser o argumento com que justificamos a distância entre o país que temos e aquele que sabemos que poderíamos construir.

E, quando o sol voltar a nascer sobre São Tomé e Príncipe, teremos novamente duas possibilidades: repetir os gestos de sempre, adiando para amanhã aquilo que exige a nossa acção hoje, ou levantar-nos com a consciência de que cada dia representa uma oportunidade que não voltará.

A escolha é nossa. A responsabilidade também.

E o futuro, esse futuro que tantas vezes invocamos nos nossos discursos, nos nossos projectos e nas nossas promessas, já começou a contar o tempo.

Que não chegue o dia em que os nossos filhos nos perguntem por que razão deixámos um país tão rico em beleza, talento e possibilidades continuar tão pobre em oportunidades. Que não tenham de aprender, à custa dos seus próprios sonhos, que o maior desperdício de uma nação não é aquilo que lhe falta, mas aquilo que tinha capacidade para construir e nunca chegou a fazer.

São Tomé e Príncipe, acordemos enquanto ainda temos tempo. Porque as ondas continuarão a chegar à praia, a floresta continuará a vestir-se de verde e o sol continuará a nascer sobre estas ilhas. A verdadeira questão é saber se, quando as próximas gerações olharem para este horizonte, encontrarão apenas a mesma paisagem extraordinária ou também um país que teve a coragem de transformar a sua beleza em esperança, a sua esperança em trabalho e o seu trabalho num futuro digno.

Que o «leve-leve» continue a ensinar-nos a viver. Mas que nunca mais nos impeça de avançar.

Hugulay Maia, 21 de outubro de 2026